



28 De Março de 2018

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

ISTOE Dinheiro

A CORRIDA PELO OURO DOS NOVOS TEMPOS

O próprio nome sugere um produto valioso: metais de terras raras. Trata-se de um grupo de 17 elementos bastante difícil de obter e que, por isso, possui um alto grau de importância para a indústria. Na semana passada, a Tesla, fabricante de carros elétricos criada por Elon Musk, aumentou ainda mais o valor de um desses metais. A empresa passou a adotar motores que utilizam ímãs de neodímio (Nd) no lugar dos motores baseados em bobinas de cobre. A mudança, no entanto, gera preocupações tanto em relação ao suprimento do Nd como sobre riscos ambientais.

No ano passado, a demanda por neodímio superou a oferta em 3,3 mil toneladas, de acordo com a agência de notícias Reuters. O mercado de ímãs feitos com esse metal para motores é estimado em mais de US\$ 11 bilhões. O principal fornecedor é a China, responsável por cerca de 90% da extração. Há temores de que o gigante asiático possa restringir a exportação do Nd, como já fez em 2010, levando o preço do quilo do minério a atingir US\$ 500 – atualmente, está em US\$ 70.

OS 17 ELEMENTOS Quais são os metais de terras raras

1. Escândio 2. Ítrio 3. Lantânio 4. Cério 5. Praseodímio 6. Neodímio 7. Promécio 8. Samário 9. Európio 10. Gadolínio 11. Térbio 12. Disprósio 13. Hólmio 14. Érbio 15. Túlio 16. Itérbio 17. Lutécio

Soma-se a isso o problema ambiental. Os metais de terras raras são minerados por meio de um processo complexo, com uso intenso de produtos químicos. Há, inclusive, o risco de gerar material radioativo em decorrência da extração. A própria China demonstra preocupações nesse sentido e reduziu o ritmo de produção, o que chegou a elevar a cotação do Nd para US\$ 96, em setembro de 2017. A utilização desse metal é uma contradição do carro elétrico: se, por um lado, ele diminui a emissão de CO², por outro, depende de operações de mineração altamente impactantes ao meio ambiente.

O Brasil é dono da segunda maior reserva de minérios de terras raras do mundo, com 22 milhões de toneladas, mas não explora o produto. Isso pode mudar. Em

maio do ano passado, a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) e o governo do Estado lançaram um projeto para implantação de um laboratório-fábrica de imãs de terras raras no País, em Lagoa Santa, na Grande Belo Horizonte. A matéria-prima viria da CBMM, empresa da família Moreira Salles que explora o nióbio, metal bastante utilizado na indústria de tecnologia, na região de Araxá (MG). Procurada, a companhia afirmou que “não prevê investimentos na área de terras raras”, neste momento.



Fonte: Isto É - Dinheiro
Autor: Rodrigo Caetano
Data: 16/03/2018



CICLO DE COMMODITIES SE DESENHA COM NOVO PARADIGMA

O humor no mercado de commodities minerais está mudando para melhor, com a economia global mostrando crescimento sustentado pela primeira vez em mais de uma década. Os preços subiram rapidamente nos últimos três anos, desde petróleo e carvão até metais não ferrosos, que se beneficiam de uma mudança nos fundamentos

Enquanto a oferta global mantém o ritmo, o forte crescimento da demanda está começando a expor o custo de uma meia década de baixo investimento em todo o complexo de commodities. Ao embarcar neste novo ciclo de preços e investimentos, vale a pena perguntar de que tipo será, diz Saad Rahim, economista-chefe da Trafigura, um dos maiores traders de commodities do mundo, em artigo publicado no Financial Times.

Não será outro superciclo como o da primeira década deste milênio, quando aumentos abruptos da demanda chinesa por materiais combinados com condições monetárias flexíveis fizeram preços de commodities aumentar até cinco vezes.

Nenhum aspecto da transformação da China está agora em perspectiva. Esse ciclo será de menor duração. Mas também terá uma dinâmica completamente diferente, com uma tensão determinante entre a força global para reduzir as emissões de carbono e outros poluentes, e o fato imutável de restrições de oferta.

O chavão usado por alguns especialistas é que estamos nos encaminhando para um novo paradigma energético. Mas esse rótulo é muito limitado. O mundo parece embarcar em um novo paradigma de commodities, afetando muitos mercados e criando um complexo cenário para decisões de investimentos em recursos.

A mudança esperada de motores de combustão interna para veículos elétricos é um exemplo óbvio. Governos, fabricantes de automóveis e grupos de consumidores parecem avançar em direção a um veículo totalmente elétrico, parte de

um futuro de baixo carbono. Eles correm o risco de superestimar radicalmente os efeitos potenciais dos EVs sobre a demanda de petróleo e, simultaneamente, subestimando as implicações mais amplas para a cadeia de suprimento de commodities.

As estimativas plausíveis são que a frota global de EV crescerá de 3 milhões de veículos hoje para até 40 milhões até 2030. No entanto, mesmo a expansão dessa escala terá apenas um efeito modesto sobre a demanda global de petróleo, restringindo o consumo em apenas 1 milhão de barris por dia, ou menos de 1% da demanda global esperada de petróleo em 2030.

As implicações dos EVs para mercados de metais são consideravelmente maiores. Comece com cobalto. Na maioria das projeções para o crescimento da frota EV, a demanda por cobalto poderia aumentar entre quatro e cinco vezes até 2030. Isso representa um desafio para a oferta. O cobalto raramente é lavrado sozinho; geralmente é um coproduto da produção de cobre ou níquel. É improvável que os projetos somente de cobalto se desenvolvam em breve.

As consequências potenciais para o mercado do cobre são impressionantes. Um EV requer cerca de quatro vezes mais cobre do que um veículo tradicional e até cinco vezes, se você incluir a infraestrutura de recarga dos veículos.

Assim, transferir as vendas unitárias de 10 milhões por ano de veículos convencionais para veículos elétricos até 2030 criará uma demanda de cobre adicional no valor de 100 mil toneladas por ano. Passar para um cenário mais agressivo de vendas de 25 milhões de EV por ano leva esse número para mais de 300 mil toneladas.

Nos últimos anos, o consumo global de cobre refinado chegou a cerca de 500.000 toneladas por ano. Portanto, se os governos continuarem impulsionando a adoção de VE, talvez seja preciso aumentar a quantidade de cobre disponível em 60% por ano para atingir essas metas.

"Em outras palavras, isso seria como precisar de um aumento de 1 milhão de barris/dia de petróleo a cada ano acima e além dos valores necessários para atender ao crescimento atual da demanda. No entanto, longe de estar em posição de aumentar para atender a essa demanda, o mercado de cobre está enfrentando a possibilidade de déficits significativos nos próximos anos devido à falta de novos investimentos em minas e deterioração dos teores de minério", diz Rahim.

Os gargalos no mercado de níquel podem acabar sendo ainda mais severos e, no entanto, a pressão atual é usar mais níquel e menos cobalto na química emergente das baterias. O esforço da China para limpar seu ambiente também está tendo efeitos nos mercados de commodities. As reduções na capacidade chinesa de aço e alumínio restringiram significativamente os mercados dessas commodities.

Uma mudança nos papéis relativos de carvão e gás no mix de geração de energia da China criou "uma mudança sísmica no mercado de gás natural liquefeito do que parecia um superávit estrutural há pouco tempo para um amplo equilíbrio entre oferta e demanda e uma escassez potencial em três anos", afirma o economista.

Segundo ele, mais de US\$ 1 trilhão de projetos de petróleo foram cancelados nos últimos anos, totalizando mais de 20 bilhões de barris de reservas que continuarão subdesenvolvidas. Apesar do foco global na redução das emissões de carbono, o fato é que o mundo ainda precisará de cerca de 100 milhões de barris de petróleo por dia nos próximos anos.

"Assim, esses dólares a menos de investimento certamente retornarão para nos assombrar, especialmente se o futuro com os EV levar mais tempo para chegar.

Poderia haver vários ciclos de altos e baixos no mercado de petróleo e convulsões significativas em outros mercados de commodities antes que os veículos elétricos se estabelecessem como o carro preferido do mundo", declara o executivo.

Para ele, os investidores precisam entender essas conexões e adotar uma visão holística para garantir que o capital seja alocado apropriadamente no novo "ciclo de transição".

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 20/03/2018



GRUPO VOTORANTIM SAI DE 2 NEGÓCIOS TRADICIONAIS NO ANO DO CENTENÁRIO

O ano do centenário do grupo Votorantim, 2018, é marcado pela saída de dois negócios no Brasil — produção de aços longos e celulose. A venda da siderúrgica, em 2017, só foi recentemente aprovada pelo Cade, órgão antitruste brasileiro. Ontem à noite foi fechada a alienação de sua participação de controle na Fibria, maior produtora mundial de celulose de eucalipto, para o grupo Suzano.

São dois negócios tradicionais na companhia da família Ermírio de Moraes, fundada em 1918, na cidade de Sorocaba (SP), por Antônio Pereira Ignácio. Suas atividades eram de produção têxtil, exploração de minas de calcário e ferrovia.

Sob o comando do genro José Ermírio de Moraes, em 1936 entrou na atividade cimenteira e no ano seguinte passou a fazer aço na Siderúrgica Barra Mansa, no Rio de Janeiro. O negócio de celulose surge no fim dos anos 80 e ganhou corpo com a criação da Fibria em 2009, fruto da fusão de Votorantim Celulose e Papel (VCP) com a Aracruz.

Desde 2008, a Votorantim saiu de vários negócios, erguidos ao longo da história do grupo. Principalmente no período da terceira geração — comandada por José Ermírio de Moraes Filho e Antônio Ermírio de Moraes. Eles estiveram à frente dos negócios até 2001.

Nos últimos dez anos foram vendidas a Nitroquímica, a participação na Usiminas (aços planos), a distribuidora de energia CPFL, a Votucel (fios), empresas de biotecnologia e metade do Banco Votorantim, entre outros.

Na gestão dos filhos e sobrinhos dos dois patriarcas, o grupo se internacionalizou. O processo foi iniciado em 2001, com a atividade cimenteira. Nos anos seguintes comprou ativos de mineração e metalurgia de zinco no Peru e também duas siderúrgicas de porte médio na Colômbia e Argentina.

Esses dois ativos de aço, como os do Brasil, deverão ser vendidos tão logo surgirem ofertas interessantes por eles.

Há dois anos, o grupo criou uma empresa dedicada à geração de energia eólica. É um ramo no qual pretende crescer e se tornar um grande competidor.

Com faturamento anual na casa de R\$ 26 bilhões, a Votorantim — sob a gestão da quinta geração dos Ermírio de Moraes — mantém em seu portfólio as áreas

de cimento, zinco e polimetálicos, alumínio, energia, suco de laranja e finanças. Metade da receita é gerada no Brasil e a outra metade de operações e vendas ao exterior.

Cimento, zinco e alumínio respondem por quase 90% da receita da companhia. Finanças e suco de laranja são operações compartilhadas, sem consolidação no balanço.

A participação no banco também é tida como ativo disponível para uma potencial alienação. A saída do negócio depende de interessados pelo ativo ou do próprio sócio — Banco do Brasil.

Da família, os representantes da quarta geração têm presença apenas no conselho de administração da companhia. Alguns membros da quinta geração já ocupam lugares no conselho da holding familiar, a Hejoassu, dona de 100% da Votorantim S.A., e até em cargos em algumas das empresas.

Fonte: Valor

Autor: Ivo Ribeiro

Data: 16/03/2018



BEADELL VAI SE FUNDIR COM MINERADORA CANADENSE

A australiana Beadell Resources, que controla e opera a mina de ouro Tucano, no Amapá, anunciou hoje a fusão com a empresa canadense Golden Harp Resources para formar uma nova empresa, a Americano Mining, cujas ações serão negociadas tanto na Austrália quanto no Canadá

A Golden Harp realizará uma colocação privada de 4 milhões de dólares canadense, cerca de R\$ 10 milhões, de ações ordinárias. A operação tem como coordenador o fundo Sprott e como principais compradores a família Lundin, uma das mais ricas do Canadá devido aos investimentos em mineração. Os acionistas da Beadell trocarão 14,25 ações ordinárias por cada ação ordinária da Golden Harp.

Uma vez finalizadas todas as transações, as ações da Golden Harp passarão a ser negociadas sob o nome Americano Mining, tanto na bolsa australiana (ASX) quanto na canadense (TSXV). A sede da empresa estará em Perth, em Western Australia, como era antes da fusão, com um escritório secundário em Toronto.

Adam Lundin vai assumir uma posição no conselho da Americano em uma das vagas da Beadell. "Ele traz um legado reconhecido e anos de experiência em finanças internacionais e mercados de capitais para o Americano. Adam começou sua carreira em várias empresas do grupo Lundin em todo o mundo antes de se mudar para as finanças e, por fim, se tornar co-diretor do escritório bem-sucedido de Londres, da Pareto Securities", diz a Beadell em nota.

Atualmente, Lundin é presidente e CEO da Filo Mining, que possui o projeto de cobre, ouro e prata Filo de Sol, no Chile e na Argentina.

Simon Jackson, diretor executivo e diretor executivo da Beadell, disse que a empresa está satisfeita por ter chegado a um acordo com o Golden Harp que beneficiaria os acionistas das duas empresas. "Tem sido a minha opinião de que a mina

de Tucano precisa ser listada no Canadá junto com a grande maioria dos desenvolvedores e produtores de ouro da América do Sul", disse ele. "Estamos muito satisfeitos por ter recebido o apoio da Sprott e da família Lundlin à medida que se tornam novos acionistas da Americano", disse em nota.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 19/03/2018



MINÉRIO DE FERRO TEM QUEDA DE 14,5% EM MARÇO

Uma tempestade perfeita atingiu o minério de ferro. O dólar mais forte, a tensão nos mercados pelas medidas protecionistas dos Estados Unidos, a marca recorde de estoques em portos chineses, a percepção de que novas obras na China não estão andando, o fim de restrições ambientais à siderurgia no gigante asiático e a perspectiva de aumento de produção pelas quatro maiores mineradoras derrubaram os preços da commodity em março. Até agora no mês foram apenas quatro dias positivos para o insumo no mercado físico chinês, contra onze no vermelho. A cotação recua 14,5% em março, uma variação negativa que não era vista desde setembro, quando o minério caiu 21,4% e interrompeu uma série de altas que quase levaram o valor para acima de US\$ 80 por tonelada. Desta vez, algo semelhante ocorreu. O minério bateu US\$ 79,39 por tonelada no dia 1º e, desde então, vivencia sucessivas quedas. Ontem, a commodity com pureza média de 62% terminou o dia cotada em US\$ 67,25 a tonelada no porto chinês de Qingdao, segundo a "Metal Bulletin". No ano, as perdas são de 7,4%. Os motivos para a perda de força podem ser muitos, mas há bastante tempo os analistas alertavam para a insustentabilidade dos preços. Para eles, em um mercado transoceânico claramente com excesso de oferta, o insumo estava muito caro. Faltava um gatilho para que a correção para baixo começasse e ele foi Donald Trump, presidente dos EUA. "As conversas em geral sobre tarifas de importação americana não pegam nem um pouco bem com os mercados e ainda há muita tensão e incerteza quanto ao que mais pode acontecer", comenta Edward Meir, da consultoria de commodities FCStone. Mesmo considerando apenas a sobretaxa ao aço e ao alumínio, a situação já parece confusa, acrescenta o analista, dada a burocracia para que empresas e países consigam isenção.

Essa preocupação dos investidores fez com que corresse para garantir proteção financeira, com exposição ao dólar - a moeda mais forte do mundo. O US Dollar Index, por exemplo, índice ponderado que mede a divisa frente a outras seis, avançou 2% desde que, em 16 de fevereiro, o Departamento de Comércio recomendou que Trump acionasse a seção 232 para barrar importações de aço e alumínio nos EUA. Frente ao real, subiu 2,2%.

Commodities negociadas em dólar costumam sofrer pressão de baixa quando a moeda americana se valoriza. Um dólar mais forte significa que o produto também ficaria mais caro, motivo pelo qual há uma correção.

Levantamento com 13 instituições financeiras mostra previsão de cotação média de US\$ 63,10 em 2018.

Ironicamente, a taxa cambial ajuda a beneficiar a maior produtora do minério no mundo, a Vale. Como a moeda funcional de seu balanço é o real, os ganhos a serem embolsados pela venda da commodity foram menos impactados - a desvalorização em março é 1,2 ponto percentual menos intensa, de 13,3%. Além disso, a cotação média em divisa americana de US\$ 75,41, queda de 11,9% em comparação anual, cai menos, 9,1%, na brasileira.

Levantamento do Valor com 13 instituições financeiras mostra previsão de cotação média de US\$ 63,10 em 2018.

Mas além do aspecto financeiro, o minério também sofreu com seus próprios fundamentos econômicos. Na semana passada, os estoques do insumo em portos chineses atingiram os 160 milhões de toneladas, uma marca histórica. O alemão Commerzbank ressalta que os volumes deixam o mercado transoceânico "mais que bem servido", também ajudando a derrubar a cotação nos últimos dias.

Os compradores correram para armazenar o máximo possível da matéria-prima antes de as restrições ambientais que cortaram capacidade siderúrgica na China vencessem, na semana passada. Ávidos pelo minério e, especialmente, um de melhor qualidade - o que beneficiou os produtos com pureza de 62% e 65% -, ajudaram a impulsionar os preços.

Norbert Rücker, analista do Julius Baer, escreveu que o aumento de estoques - tanto de minério quanto de aço - traz sobreoferta para o volume necessário na temporada mais agitada da construção no país. Ela é reforçada pela evolução do Brasil e Austrália na extração do minério. "Seguimos cautelosos", disse.

Fonte: Valor

Autor: Renato Rostás

Data: 22/03/2018



CAÇADOR ACHA PEPITA DE OURO DE R\$ 112 MIL EM BURACO DE TATU E GARIMPO IRREGULAR É MONTADO NA BA; ANM APURA CASO

Área onde a pepita foi achada, na cidade de Santaluz, é de exploração exclusiva de uma empresa canadense

Após um caçador encontrar há duas semanas uma pepita de ouro de 804g, avaliada em R\$ 112 mil, dentro de um buraco de tatu, na cidade de Santaluz, nordeste da Bahia, um garimpo irregular foi montado na área, cuja exploração de minerais é de exclusividade de uma empresa canadense. Cerca de 500 pessoas estão no local atualmente.

De acordo com Carlos Magno Oliveira, chefe substituto de fiscalização da Agência Nacional de Mineração (ANM) na Bahia, como os garimpeiros estão irregulares, eles podem ter o ouro apreendido.

"O artigo 55 da Lei 9.605/1998 prevê os crimes de usurpação do patrimônio da União. Um dos patrimônios são os bens minerais, que são proibidos de minerar,

lavar (explorar) e pesquisar, sem a devida autorização", explica Magno, que acrescenta que a pessoa que comprar algum material de garimpeiros irregulares pode responder por crime de receptação.

O chefe de fiscalização explica que não é só o fato do garimpo estar em uma área de exploração de uma empresa que o torna irregular. "Para uma companhia ser autorizada a fazer a exploração mineral, ela precisa antes apresentar todo um plano de extração, com as medidas de contrapartidas aos danos ambientais, segurança dos trabalhadores, além do pagamento à União", conta.

Segundo Magno, a ANM vai iniciar o diagnóstico da área em Santaluz, para então tomar as providências cabíveis. "A ANM fará vistoria para diagnosticar, quantificar quantas pessoas estão lá, ver os riscos, definir sanções. Depois do diagnóstico, nós notificamos o Ministério Público para fazer uma audiência pública, e o MP encaminha as ações para a Polícia Federal e outros órgãos", explica.

O diagnóstico demora cerca de dois meses para ficar pronto e, segundo Carlos Magno, será iniciado em breve. "Não podemos dizer uma data exata, porque se as pessoas ficarem sabendo, no dia da fiscalização elas saem do garimpo", explica.

O chefe de fiscalização conta, entretanto, que é possível haver um acordo entre os garimpeiros irregulares e a empresa que detém o direito de exploração da área.

"Já aconteceu de a gente fazer o diagnóstico e mediar um acordo entre as partes. No caso, os mineradores foram regularizados pela empresa, e o material extraído por eles era vendido à companhia", diz Magno.

Fonte: G1

Data: 20/03/2018



SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL LANÇA MAPA TECTÔNICO DA AMÉRICA DO SUL EM SIG

A Nova versão do Mapa Tectônico da América do Sul será apresentada na forma de um Sistema de Informações Geográficas (SIG) permitindo maior interatividade por meio de um banco de dados em formato digital que conta com informações de cerca de 8 mil polígonos. Também será possível baixar o mapa em celulares ou tablets.

Para apresentar o SIG, a CPRM reúne na terça-feira, dia 27/03, no Escritório do Rio de Janeiro, pesquisadores envolvidos na elaboração do projeto de cooperação técnica internacional, coordenado pela Comissão do Mapa Geológico do Mundo (Commission of the Geological Map of the World - CGMW).

O SIG conta com informações geológicas, geocronológicas e geofísicas, além de outros temas relevantes, que permitem a apresentação, na forma de cores e tramas, das idades e do ambiente original de formação das rochas e sedimentos do continente Sul Americano e das áreas oceânicas adjacentes.

"Na área ocupada pela cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o SIG nos indica que as rochas foram formadas entre 700 e 540 milhões de anos atrás e que a atual "calmaria" geológica esconde um passado de turbulências com prováveis terremotos,

altas cadeias de montanhas e oceanos que foram totalmente fechados e extintos”, explica a pesquisadora em geociências da CPRM, Lêda Maria Fraga.

Ao utilizar a tecnologia SIG, o mapa integra dados provenientes de diversas fontes e permite consultar e analisar informações espacialmente referenciadas, que podem ser combinadas e dar origem a novos mapas. Elaborado em escala 1:5.000.000, o SIG é produto da parceria entre o Serviços Geológicos do Brasil (CPRM) e da Argentina (SEGEMAR), com a colaboração de cientistas de todos os países da América do Sul, sob a coordenação continental dos pesquisadores Umberto Cordani, da Universidade de São Paulo (USP), e Victor Ramos, da Universidade de Buenos Aires (UBA).

A coordenação adjunta foi realizada por Lêda Maria Fraga (CPRM), Marcelo Cegarra (SEGEMAR) e Inácio Delgado (na CPRM até 2011). As informações sobre as áreas oceânicas adjacentes (offshore areas) foram integradas por Kaiser de Souza (na CPRM até 2014) e Francisco Edson M. Gomes (CPRM).

O Mapa estará disponível para download no site da CPRM no dia 26 de março e, posteriormente, na plataforma One Geology, que permite acesso via web a mapas geológicos e outros dados geocientíficos de diferentes naturezas no contexto global.

Histórico - A decisão de preparar uma nova edição do Mapa Tectônico da América do Sul na escala de 1: 5 000 000, em formato digital, utilizando a tecnologia SIG, foi aprovado pela Assembleia Geral da Comissão do Mapa Geológico do Mundo (CGMW), realizada em Paris em 2002. O trabalho começou em 2004 e durante mais de uma década contou com a colaboração de dezenas de pesquisadores com reuniões científicas nacionais e internacionais além do apoio técnico de inúmeros especialistas da CPRM e do SEGEMAR.

Inicialmente, foi elaborada uma nova base geográfica georreferenciada da América do Sul com o uso de imagens TM e SRTM. Posteriormente, foi elaborada uma base geológica a partir da harmonização e atualização dos dados disponíveis para todos os países do continente, bem como para as regiões oceânicas adjacentes, e foram então compiladas as informações mais relevantes. Essa base de dados de abrangência continental permitiu a elaboração do Mapa Tectônico ora apresentado em SIG, que sintetiza o estado da arte sobre o conhecimento da evolução tectônica do continente sul-americano.

Fonte: CPRM

Data: 23/03/2018



REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ATUALIZAÇÃO DO REGULAMENTO DO CÓDIGO DE MINERAÇÃO

Manifestações irão compor o relatório final da audiência

A audiência pública para aprimorar o regulamento do Código de Mineração recebeu mais de 100 contribuições, que serão objetos de avaliação da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) para compor o relatório final da

audiência. O evento realizado nesta quarta-feira (21/03), contribuiu para que o governo federal juntamente com diversos representantes da sociedade, discutisse o aperfeiçoamento e os pontos da proposta de atualização do regulamento do Código, vigente há quase 50 anos.

“O nosso papel é criar um ambiente favorável para o fortalecimento do setor mineral brasileiro. Por isso é importante que façamos agora”, afirmou o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), Vicente Lôbo.

Os principais pontos da proposta são: atualização do conceito de recursos e reservas; estímulos ao reaproveitamento de rejeitos de mineração; direito minerário como garantia de financiamento de projetos; disponibilidade por leilão eletrônico; entre outros.

Além da presença de membros do MME, da Agência Nacional de Mineração (ANM) e da CPRM, a audiência contou com a presença da sociedade civil e de agentes do setor.

Fonte: Ministério de Minas e Energia

Data: 22/03/2018



O CISNE E O PATINHO FEIO

Tem ganhado notoriedade a campanha de valorização do agronegócio que vem sendo feita nos meios de comunicação do País. Utilizando técnicas de publicidade modernas, as mensagens glamourizando a atividade de agricultura tem adentrado os lares brasileiros, criando nas pessoas a imagem de que sem os frutos do agronegócio nossas vidas estariam complicadas.

Em contrapartida, a mineração tem sido estigmatizada junto à opinião pública como uma atividade deletéria, que transforma zonas verdes em paisagens lunares, cobre de pó tudo o que está por perto, entope os rios de lama, contamina a água dos mananciais, mata trabalhadores e por aí afora. Para o senso comum, mineração é aquela atividade que chega, extrai as riquezas e depois vai embora, deixando rastros de destruição. Não foi por acaso que ocorreu aquela gritaria toda quando se decidiu extinguir o decreto que criou a RENCA (Reserva Nacional do Cobre e Associados). Gente de bem e gente de mal arvorou-se contra a possibilidade, amplamente explorada pelos meios de comunicação, de se abrir para a mineração uma área da Amazônia que ainda está intocada, destruindo-se suas riquezas naturais. Terminou que o governo teve que voltar atrás e ficou o dito pelo não dito.

Essa imagem negativa da mineração tem sido agravada, nos anos recentes, por episódios que chocam e assustam, como os rompimentos de barragens de rejeito (dos quais o ápice foi o da barragem do Fundão, em Mariana). Mais recentemente, imagens de áreas de Barcarena, no Pará, inundadas por lama vermelha e laudos de um instituto de pesquisa comprovando contaminação de mananciais, contribuíram para colocar mais fogo na fogueira em que arde a imagem da mineração.

Contraditoriamente, a glamourização atividade do agronegócio não subsistiria sem a mineração, ou melhor, sem os bens minerais que proporcionam a

produção de fertilizantes, já que dificilmente a agricultura sobrevive, de forma eficiente, sem a fertilização dos solos. Isto para ficar apenas no início da cadeia de produção agrícola. Na hora de comer o seu arroz com feijão, que é o alimento da maioria dos brasileiros, ninguém lembra que para produzi-los precisou-se dos minerais. Nem se dá muita bola para os produtores de matérias primas para fertilizantes.

A prova desse descaso é que há várias décadas se tenta traçar uma política no País para a produção dessas matérias primas que dão suporte à agricultura, mas ao longo do tempo nada saiu do papel. Tudo ficou no plano das intenções, o que é mais ou menos comum no Brasil.

Enquanto isso, ano após ano as importações de matérias primas para fertilizantes vêm sangrando a nossa balança comercial, reduzindo os efeitos positivos das exportações de outros minérios, como o ferro, o cobre, o ouro, o manganês.

Ou seja, enquanto o agronegócio posa de cisne e exibe sua plumagem branca, a mineração se mantém como o patinho feio, para o qual ninguém dá muita atenção, a não ser para censurar sua feiura.

Fonte: Brasil Mineral

Autor: Francisco Alves

Data: Fevereiro 2018 – nº 378



DIRETOR DA ANTT DIZ QUE VALE PAGARÁ "BILHÕES" PARA RENOVAR CONCESSÃO DE FERROVIA

O diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Sérgio de Assis Lobo, em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) afirmou que a Vale, concessionária da Estrada de Ferro Carajás (EFC) precisará pagar "bilhões" para renovar a concessão da Estrada de Ferro Carajás (EFC) que liga as minas da companhia.

"Até setembro tínhamos condições de assinar essa prorrogação de contrato. A concessionária não tem poder de ingerência no processo. Hoje não temos o valor exato da outorga, mas podemos afirmar que são bilhões, e aí vamos ter que comprovar a vantagem de estender esse contrato, com a participação do PPI [Programa de Parcerias de Investimentos], do Ministério dos Transportes, da ANTT e do TCU [Tribunal de Contas da União]", disse ele segundo nota divulgada pela agência Senado.

Segundo ele, o processo de renovação da concessão da estrada de ferro de Carajás deverá estar concluído até o final do ano. Essa possibilidade está prevista na Lei 13.448/2017, promulgada no fim do ano passado, mas, pelo contrato de concessão que vence em 2027, a Vale pode solicitar a renovação 60 meses antes, ou seja, em 2022.

A Vale não pagou pelas concessões da EFC nem da Estrada de Ferro Vitória Minas (EFVM), usada no escoamento do minério extraído em Minas Gerais para o porto de Tubarão, em Vitória (ES). A quarta cláusula do contrato de concessão diz que "em observância aos Artigos 27 e 28 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, a Concedente dá à Concessionária plena e irrevogável quitação, considerando o pagamento realizado do preço de alienação das ações do capital da Concessionária obtido no leilão".

Mas, segundo uma pessoa com conhecimento do assunto, terá que pagar. Algumas concessionárias como a Rumo e a Vale já iniciaram as tratativas com o governo, enquanto outras aguardam para ver os resultados.

Em e-mail enviado ao Notícias de Mineração Brasil (NMB), a Vale declara que "avançou nas conversas com o Governo Federal sobre a antecipação da renovação dos contratos de concessão das Estradas de Ferro Carajás (EFC) e Vitória a Minas (EFVM). Os contratos terminam apenas em 2027, mas há interesse em renovar antecipadamente a concessão, que iria até 2057.

A mineradora diz ainda que as discussões técnicas e entendimentos estão sendo feitas com a ANTT e "uma vez acordadas as condições para a antecipação das renovações da EFVM e da EFC, caberá ao Governo Federal definir as contrapartidas a serem implementadas". A ANTT não respondeu aos pedidos do NMB de informações sobre a renovação dos contratos.

Operada pela Vale e com 892 quilômetros de extensão, a EFC liga a maior mina de minério de ferro a céu aberto do mundo, em Carajás, ao Terminal Portuário de Ponta da Madeira, em São Luís (MA). A Lei 13.448/2017 permitiu que os detentores de concessões federais possam renová-las antecipadamente, desde que paguem pela concessão ou realizem investimentos em infraestrutura, cabendo ao governo federal utilizar esses recursos ou direcionar os investimentos para contribuir com a melhoria da infraestrutura do país.

Gargalos

Tarcísio Gomes de Freitas, da Secretaria-Geral da Presidência da República, avaliou que o processo de prorrogação antecipada de concessões contribui para a resolução de gargalos históricos no setor de infraestrutura e a geração futura de investimentos. Ele destacou que a renovação antecipada de ferrovias poderá aumentar a participação do modal ferroviário em 15% até 2025.

"Talvez tenhamos maior impulso desde que saímos do lombo do burro para transportar café em ferrovias. Temos cinco concessões para prorrogação propostas ao Conselho do PPI, entre elas a de Carajás. A Vale não vai escolher investimentos. Quem determina isso é o governo federal. Vamos impor as concessionárias o que vai ser feito. Quem vai determinar é o poder público", afirmou.

Representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Dino Antunes Dias Batista disse que o Plano Nacional de Logística (PNL), desenvolvido pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL), trará condições para que o Estado priorize de forma adequada quais intervenções trarão mais benefícios à sociedade.

"É uma discussão extremamente técnica, esperamos que os investimentos tragam maiores retornos para a sociedade. O assunto será definido da melhor maneira técnica possível", declarou.

Pará

Secretário de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará, Adnan Demachki, disse esperar que "parte dos bilhões" a serem obtidos com a renovação fiquem no Estado.

"Pará não recebe nada da exploração por causa da Lei Kandir. Até hoje não regulamentaram a lei para compensação do estado. O Pará, além de produzir o minério, ainda banca o ônus da mineração, o ônus social, por conta da forte migração. O governo

do Pará entende que parte dos bilhões a serem obtidos com a renovação deve ficar no território paraense", afirmou.

O debate foi realizado por iniciativa do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que lamentou a ausência do presidente da Vale, Fábio Schvartsman, convidado para a audiência pública. Em carta encaminhada ao colegiado, o empresário comunicou que se encontrava ausente do país. Flexa Ribeiro disse ainda que muitos projetos de infraestrutura não são "levados a sério" pelo governo federal.

Fonte: Notícias de Mineração

Autor: Alexildo Vaz

Data: 23/03/2018



RELATÓRIO DA ANA SOBRE RECURSOS HÍDRICOS TRAZ, PELA PRIMEIRA VEZ, INFORMAÇÕES SOBRE A MINERAÇÃO

O último Relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos 2017, elaborado pela ANA, foi lançado em dezembro. O documento traz informações sobre captação e consumo de água na irrigação, na indústria de transformação e em outras atividades. Nesta edição, pela primeira vez, há informações sobre a mineração: a mineração responde por 1,6% da retirada (1,024 bilhão de metros cúbicos ao ano) e 0,8% do consumo (0,27 bilhão de metros cúbicos) de água no país, a diferença retornando aos corpos hídricos. Os dados são de 2016. O Relatório não deixa claro se a captação de água subterrânea para o processamento mineral foi considerada no levantamento.

A título de comparação os EUA iniciaram o levantamento hídrico em 1950 e a mineração passou a ser contabilizada separadamente a partir de 1985. O último relatório disponível (base 2010) informa que 7,4 bilhões de metros cúbicos de água (1,4% do total do país) foram captados para a mineração e a extração de petróleo e gás. No Canadá, em 2009, apenas a mineração (estrito senso) captou 0,5 bilhão de metros cúbicos (1,3% do total). A mineração australiana (incluindo também petróleo e gás) consumiu, em 2010, cerca 0,5 bilhão de metros cúbicos (3,6% do consumo de água do país). Os levantamentos realizados regularmente possibilitam acompanhar os efeitos de políticas públicas, da adoção de novas tecnologias e de iniciativas das empresas ao longo de décadas.

As informações técnicas divulgadas no Brasil pelas empresas de mineração mostram evolução significativa, a exemplo da recirculação de água, havendo registros de elevação deste índice de 40%, vinte e cinco anos atrás, para mais de 80% na atualidade, algumas empresas divulgando recirculação superior a 90%. Isso mostra um esforço na direção de uma melhor gestão dos recursos hídricos.

Fonte: CETEM – Centro de Tecnologia Mineral

Data: 21/03/2018

‘VÁCUO’ NO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA PREOCUPA SETOR SOBRE PAUTAS URGENTES

Saída do ministro Fernando Coelho Filho, que irá deixar o cargo no início de abril para tentar reeleição no Congresso, provoca incertezas nos mercados de energia elétrica e mineração

A indefinição acerca do nome que substituirá o ministro de Minas e Energia (MME), Fernando Coelho Filho – que deixará o cargo para se candidatar nas próximas eleições – deixa um “vácuo” no mercado num momento em que pautas importantes precisam ser tocadas, principalmente a transição da Agência Nacional de Mineração (ANM) e as discussões acerca do marco regulatório do setor elétrico.

Fontes do mercado relatam que é difícil prever quem será o substituto de Coelho Filho, apesar do nome do ex-ministro da Pasta, Edison Lobão, já ter sido ventilado para o cargo. “Ninguém sabe quem vai comandar o ministério e até o próximo presidente [da República] ser eleito, fica difícil prever como vai ficar o setor”, afirmou ao DCI o conselheiro da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM), Élmer Prata Salomão.

A gestão de Coelho Filho tem sido bem avaliada por agentes do mercado por privilegiar o trabalho técnico e levar à frente discussões como a modernização do setor elétrico. “É preciso avançar, não apenas para corrigir problemas gigantescos deixados pelo regramento anterior, mas também para preparar o setor para o novo ambiente de transformações que toda a cadeia de valor de energia elétrica estará submetida. Tudo isso está acontecendo sob a liderança do MME”, avalia o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

Neste sentido, duas iniciativas importantes promovidas pela atual administração – a reforma do setor elétrico e a privatização da Eletrobrás – não serão concretizadas antes da saída de Coelho Filho.

“Tudo isso tem que acontecer sob a incerteza de quem será essa liderança nos próximos meses. Isso é dramático para o setor”, aponta Sales. “O líder vai se ausentar e, o que se espera, é que o seguinte assuma a bandeira e sejam mantidos os mesmos quadros e a mesma orientação.”

Na última sexta-feira (23), Coelho Filho participou, em São Paulo, de um evento sobre a modernização do setor elétrico. Em tom de despedida, garantiu que a pauta da Pasta será tocada adiante após seu desligamento do cargo. “O mercado precisa continuar se defendendo da imprevisibilidade política”, disse o ministro, reforçando que irá atuar para a aprovação do marco regulatório e pela privatização da Eletrobrás no Congresso.

“Tive o privilégio de ajudar a elaborar medidas as quais acredito e agora de votar e lutar pela aprovação delas. Avalio que o projeto de privatização [da Eletrobrás] vai andar muito rápido e será votado nas duas casas. A reforma [do setor elétrico] também vai sair”, assegurou Coelho Filho.

Ao ser questionado por jornalistas se irá indicar um nome para sucessão, ele negou. “Não trabalho com nomes. A pauta segue forte independentemente do ministro”.

Tido como um dos favoritos do mercado para assumir a Pasta, o secretário-executivo do MME, Paulo Pedrosa, desconversou sobre qualquer chance de ser nomeado. “Toda a equipe recebeu a orientação do ministro de seguir os trabalhos. Não é uma decisão individual, não sou eu quem pode responder”, declarou.

O setor mineral também passa por um momento delicado e espera conseguir do próximo ministro do MME a “atenção” suficiente para seus pleitos. “Já tem alguns anos que os ministros de minas e energia não dão a devida atenção ao setor mineral, que é tão importante para a economia brasileira”, avalia o presidente da ABPM. “De alguma forma, o ministro Coelho Filho priorizou o corpo técnico e resgatou a importância da atividade.”

Para Salomão, a transição da agência do setor e a regulamentação do código mineral são os temas mais urgentes para o novo ministro. “Até o final do ano, esperamos que essas questões sejam concluídas, senão a atividade vai ficar prejudicada”, assinala.

Fonte: DCI

Autor: Ricardo Casarin

Data: 27/03/2018



MINERAÇÃO GARANTE POSTOS DE TRABALHO EM MINAS GERAIS

Dados apresentados este mês pela Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig), no 1º Informe da Economia Mineral, revelaram uma situação preocupante: enquanto a produção de minério de ferro cresceu de maneira significativa no país, nos últimos anos, o número de empregos no setor não acompanhou os índices na mesma proporção. Em alguns casos, registrou quedas. A exceção é Minas, o Estado com maior produção e empregos no setor.

Segundo a Amig, se levada em conta a série história de 2010 a 2016, por exemplo, no Brasil, a produção do segmento saiu do patamar de 351 milhões de toneladas/ano para mais de 441 milhões de toneladas/ano: 18,2% de elevação. Já o valor das vendas com embarques do mineral subiu 24% no período. A geração de empregos formais no segmento, no entanto, cresceu apenas 4,8% (de 211 mil para 221 mil vagas).

Em Minas, a situação nos últimos seis anos não é tão desigual quanto a nacional, já que o número de empregos no setor aumentou de 45.863, em 2010, para 58.166, em 2016 - variação positiva de 26%. Mas, se observados os últimos cinco anos, o número de demissões é o que chamou a atenção: de 2012 a 2015, o patamar de empregos ficou próximo dos 65 mil, pico do período, mas despencou para os 58 mil registrados em 2016. A redução, no caso, foi de 10% na mão de obra formalmente empregada no segmento.

Prejuízos

Para a economista da Amig, Luciana Mourão, responsável pelo estudo, a produção mineral em maior escala e a diminuição de vagas de trabalho prejudicam diretamente outros setores e o desempenho econômico como um todo.

Segundo ela, com renda menor, a população de cidades mineradoras, dependente diretamente das empresas do setor, conta com menos recursos para consumir e poupar.

“Além disso, esse cenário acarreta impactos sociais. Essas cidades têm como característica um adensamento populacional, já que a existência de grandes empreendimentos atrai centenas de pessoas que buscam encontrar oportunidades de trabalho e melhores condições de vida, e, quando termina o período de implantação ou até mesmo do ciclo de mineração, essa demanda permanece de forma definitiva, o que gera um problema sério nos cofres públicos municipais e na sociedade civil local”, alerta a economista.

Luciana ressalta que a redução na empregabilidade se deve, principalmente, à evolução na produção mineral no Brasil. “Os sistemas estão cada vez mais automatizados e com soluções de logística que demandam menos força de trabalho humana”, destaca.

O Sindicato das Empresas de Mineração foi procurado, mas não se posicionou.

Fonte: Hoje em Dia

Data: 26/03/2018

Correio*

PRODUÇÃO MINERAL CRESCE 20% NA BAHIA

O vanádio - produzido no município de Maracás – puxou o crescimento de 20,7% da produção mineral da Bahia no ano passado, atingido a marca de US\$ 2,6 bilhões. A informação consta de relatório da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), que chama a atenção para o fato de que este crescimento – em relação a 2016 - se deu em um ano em que o preço das cotações das principais commodities minerais - à exceção do vanádio, que praticamente dobrou de preço - oscilaram para baixo. O que, segundo a CBPM, indica que houve uma melhoria nos processos de produção das minas baianas. Só no caso do vanádio, a mina explorada pela canadense Largo Resources exportou 9,2 mil toneladas no ano passado para países como Holanda, Coreia do Sul, EUA, Canadá e Índia. A expectativa é que a produção continue crescendo, já que o preço do vanádio continua crescendo, e já ultrapassou a marca de US\$ 28 mil por tonelada neste ano. Em dezembro a cotação era de US\$ 17 mil/tonelada. O vanádio integra um grupo de substâncias minerais em alta no mercado por conta, inclusive, do aumento da demanda por carros elétricos em países do primeiro mundo.

Retomada

O balanço da CBPM apresenta um cenário positivo para a mineração baiana em 2018. Isso porque a produção de muitas das minas que foram paralisadas no período 2016/2017 devem ser retomadas nos próximos meses. A empresa – ligada à Secretaria

Estadual de Desenvolvimento Econômico (SDE) – afirma que há sinalização de que a produção de níquel, pela Mirabela em Itagibá, será retomada, até porque a cotação deste minério subiu para US\$ 13 mil/ton (estava em US\$9.558/ton quando o trabalho na mina foi paralisado). O mesmo deve ocorrer com as minas de ouro da Briogold em Santa Luz, e de fosfato, da Galvani/Yara, em Irecê. Na cesta de commodities minerais produzidas na Bahia, o ouro liderou as exportações em 2017 com o montante de U\$ 241,8 milhões, seguido do vanádio U\$ 135 mi, Magnesita U\$ 102 mi e diamante U\$ 45,4 mi.

Reforço

Outro fator que alimenta o otimismo para 2018 é o lançamento do projeto Minerais Portadores do Futuro, focado naquelas commodities que apresentam crescimento de demanda nos mercados externos, a exemplo do próprio vanádio e de lítio, grafeno e cobalto, também usados na fabricação de baterias para carros elétricos. O objetivo é o de ampliar o estudo geológico para encontrar depósitos destas substâncias em solo baiano.

“As perspectivas de futuro para o setor mineral no estado são animadoras. Estão em fase de implantação em terras baianas quatro novos empreendimentos para a produção de Nefelina Sianito, no município de Itarantim; para produção de Cobre em Curaçá; de Barita, em Contendas do Sincorá; e de areia silicosa no município de Belmonte”, Alexandre Brust, presidente da CBPM.

Fonte: Correio 24 Horas

Autor: Flávio Oliveira

Data: 27/03/2018



VALE PREVÊ ECONOMIA DE US\$26 MI EM 2018 COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A mineradora brasileira Vale prevê economizar 26 milhões de dólares com a adoção de inteligência artificial em dez projetos, que utilizam novas metodologias de manutenção para equipamentos de mina, ajudam a evitar problemas nos trilhos das ferrovias e promovem melhorias na gestão das usinas de beneficiamento de minério e de pelotização.

Nos dez projetos, a Vale explicou que está coletando os milhões de dados gerados por sensores instalados e analisando-os com a ajuda de sistemas de inteligência artificial.

“Dessa forma, geram-se insights sobre o comportamento dos equipamentos, que ajudam a prever problemas e influenciam a tomada de decisões”, destacou a empresa.

Em um dos projetos de maior impacto, a mineradora destacou que conseguiu aumentar em 30 por cento a vida útil dos pneus de caminhões fora de estrada da mina de cobre de Salobo, no Pará, gerando uma economia de 5 milhões de dólares em 2017.

A empresa destacou que iniciou a implantação de um programa de transformação digital em 2016, com o objetivo de economizar mais de 100 milhões de dólares até o fim de 2018.

Fonte: Reuters

Autora: Marta Nogueira

Data: 27/03/2018



MINERAÇÃO E ÁGUA: MPF E SOCIEDADE DISCUTEM CONTAMINAÇÃO DAS ÁGUAS BRASILEIRAS POR GRANDES EMPREENDIMENTOS

Casos de Mariana, Barcarena, Belo Monte e Onça Puma foram lembrados como crimes ambientais, em ciclo de debates do Fórum Alternativo Mundial da Água

As tragédias ambientais causadas por grandes empreendimentos não podem ser consideradas acidentes, pois são crimes ambientais. Além de deixarem um rastro de contaminação, envenenando os rios brasileiros, os projetos afetam as populações que dependem diretamente desses recursos. O uso da água e o impacto dos grandes empreendimentos foram discutidos durante a tarde de sábado (17) pelos participantes do Fórum Alternativo Mundial da Água no ciclo de debates “Barragens e risco socioambiental”, realizado na Universidade de Brasília.

“Não estamos falando apenas da água que vem sendo utilizada para tirar o metal debaixo da terra e fazer com que se torne metal precioso e seja exportado. Não é só essa água que está em jogo, é a água que é poluída através desse processo”, observou o procurador regional da República Felício Pontes, que atuou nos casos de Belo Monte, da contaminação do Rio Cateté pelo empreendimento Onça Puma, de Barcarena e de Mariana.

Crimes ambientais

O vazamento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), contaminou o Rio Doce, matou 19 pessoas, soterrou casas e deixou milhares de pessoas sem abastecimento de água, espalhando um rastro de lama por cidades em dois estados até chegar ao mar, prejudicando quem dependia dele para quase tudo. Para os atingidos, não foi um acidente, mas um crime.

“É um crime que, para nós, é difícil falar em reparar. Foi um crime que tirou vidas e matou nosso parente”, lamentam. O parente por quem ainda choram os índios Krenak é o Rio Doce, contaminado pelo mar de lama e rejeitos. A lama soterrou parte da história do povo, acabou com os peixes que os alimentava e com plantas medicinais que cresciam às margens do Uatu – nome indígena do Rio Doce.

Citando um retrospecto dos danos causados pelo rompimento da barragem, promotores e procuradores criticaram o acordo feito entre a empresa Samarco, as suas controladoras e a Advocacia-Geral da União. O chamado “acordão” está com a

homologação suspensa na Justiça. Segundo membros do MP, o acordo priorizava a proteção do patrimônio das empresas em detrimento da proteção das populações afetadas e do meio ambiente.

“As questões criminais não são negociadas, os direitos da população também não são”, destacou o procurador da República Paulo Henrique Camargos Trazzi. Ele acrescentou que 21 pessoas foram denunciadas criminalmente por homicídio qualificado e quatro empresas por 12 crimes ambientais. Além disso, o MP busca na Justiça reparação no valor de R\$ 155 bilhões. “O desastre não ocorreu só no dia 5 de novembro, mas continua até hoje, afetando a vida e a saúde dos atingidos. Essa destruição decorre de redução de custos nos empreendimentos, que barateia as suas operações sem pensar no que pode acarretar”, pontuou o procurador da República Edmundo Antônio.

Licenciamento irregular

A precariedade nos sistemas de operação também é apontada como uma das causas para o vazamento de bauxita da barragem de rejeitos da empresa Hydro Alunorte, em Barcarena, no Pará. A promotora de Justiça Eliane Moreira identificou uma série de fatores que mostram que a produção da mineradora não é segura e solicitou a paralisação das atividades da empresa. Segundo a promotora, o licenciamento ambiental das atividades é de 1985 e contemplava apenas um depósito de resíduos.

Um segundo empreendimento foi anexado no licenciamento ambiental do primeiro, sem novos estudos. “Para entender melhor, foi licenciando inicialmente um coelho e logo depois acrescentado um elefante ao mesmo projeto”, explicou. “O licenciamento dessa obra é ilegal”. Além disso, há denúncias de que comunidades foram desapropriadas irregularmente para a construção do empreendimento.

Nos últimos 15 anos, pelo menos outros 15 acidentes envolvendo mineração em Barcarena foram registrados, informou a representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) conhecida como Elisângela. “O que acontece na região não começou hoje, não é novo. Os impactos para as famílias e comunidades são muito grandes. São povos quilombolas, expulsos de suas comunidades originais. Há um longo histórico de crimes da Hydro contra aquela população”, relatou emocionada, ao lembrar da contaminação do rio Pará.

Contaminado também está o rio Cateté, que corta a terra indígena dos Xikrin Kayapó, ainda no estado do Pará. Ferro, cromo e níquel vindos da mineradora da Vale, Onça Puma, deixaram as águas com coloração vermelha. A denúncia partiu dos próprios indígenas, que também utilizam as águas do rio para pescar, beber, cozinhar e tomar banho. Além da coloração da água, os índios começaram a perceber o aumento de doenças. Segundo o médico João Paulo Botelho, que acompanha os Xikrin há quase 40 anos, os metais pesados encontrados na água causam má formação em fetos, doenças neurológicas e degenerativas, câncer entre outras patologias.

Responsável pela decisão que paralisou as atividades da mineradora, o desembargador Souza Prudente lembrou que a proteção do meio ambiente e das populações passa por um licenciamento ambiental bem feito. “A tragédia de Mariana, por exemplo, não existiria se não fosse a atitude criminosa do governo. Não basta licenciar, precisa se acompanhar, porque nem se sabe em que circunstâncias esses licenciamentos são aprovados”, frisou.

Vítima das consequências das obras da hidrelétrica de Belo Monte, Antônia Mello diz que os culpados têm nome e endereço certo, “Está claro que tudo acontece com conivência do Estado. Não precisamos desses projetos, que só vem para acabar e matar”, afirmou, ressaltando que o Estado tem uma dívida impagável com as populações afetadas.

Segundo Felício Pontes, é preciso rebater dois grandes argumentos utilizados por quem defende os grandes empreendimentos: que a energia no Brasil, gerada por hidrelétricas é limpa e que os empreendimentos de mineração consomem pouca água. “A contaminação dos nossos rios faz com que o uso da água para mineração se torne muito maior”, rebateu.

O procurador encerrou o ciclo de debates contando a visão dos índios Yanomami, também afetados pela mineração, sobre o fim do mundo. “Eles dizem que esses minérios estão embaixo da terra porque quando se unem com o céu, lá na linha do horizonte, é aquele minério que sustenta o céu. E eles dizem que a retirada desse minério vai fazer com que o céu caia. Para mim, em um primeiro momento, isso era algo folclórico. Diante de tudo que vemos, agora não é mais”, expressou.

Fama - O Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama) é um evento internacional, democrático e que pretende reunir mundialmente organizações e movimentos sociais que lutam em defesa da água como direito elementar à vida. Com o tema “Água não é mercadoria”, ele acontece paralelamente e em contraponto ao 8º Fórum Mundial da Água, que também é realizado em Brasília, de 18 a 23 de março.

A secretária de Direitos Humanos do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Ivana Farina, ressaltou que o CNMP tratou de providenciar que o MP e todas as suas unidades e ramos estivessem presentes no Fama e no estande do Fórum Mundial da Água. Segundo Ivana Farina, o objetivo é dizer que o trato que se tem hoje do meio ambiente e da água é indevido, é de abuso, é nocivo, e que o MP atua de norte a sul, levando a juízo pedidos de responsabilização por esses desvios. “Não há como falar em estado democrático de direito se não falar em direitos humanos. Temos que levar a todos a verdade socioambiental brasileira. Teremos voz alta daqui até o final do evento”. Os debates foram mediados pelo secretário-executivo da Câmara de Populações Indígenas do MPF, Gustavo Alcântara.

Fonte: MPF

Data: 18/03/2018

Bloomberg

MINERADORA PREVÊ GRANDE RECEITA COM BATERIA DE LÍTIO

A reciclagem de material de lítio de baterias usadas de veículos elétricos promete ser ainda mais lucrativa do que a mineração desse metal cada vez mais valioso, de acordo com uma produtora australiana que está construindo uma instalação de teste no Canadá.

A Neometals, com sede em Perth, está trabalhando para recuperar matérias-primas, como lítio, cobalto, níquel e cobre, de baterias vencidas em uma instalação em Montreal, com o objetivo de adicionar a produção oriunda da reciclagem à produção existente obtida com a mineração.

A revolução dos veículos elétricos provocou um aumento na demanda por matérias-primas de bateria, o que elevou os preços e desencadeou uma corrida para garantir novas fontes de abastecimento. Como os custos crescentes e o aumento da concorrência estão pressionando as margens da mineração, a reciclagem do metal de baterias usadas deve se tornar um recurso cada vez mais importante, estimulado pela regulamentação governamental que pretende manter o metal longe dos aterros sanitários, segundo a Bloomberg New Energy Finance.

"Com a fábrica-piloto, esperamos provar que ela fornece uma margem líquida melhor", disse Mike Tamlin, diretor de operações, em entrevista por telefone. "Os números parecem ser muito melhores do que se estivéssemos fazendo a extração primária de um minério."

"O mundo precisa reciclar para que não nos afoguemos em um mar de baterias. A reciclagem também tem o potencial de produzir componentes a um custo menor", disse Tamlin, na quinta-feira. "Além disso, sempre precisaremos de novas matérias-primas." A Neometals é parceira na mina de lítio Mt. Marion, na Austrália, e tem dois outros projetos de desenvolvimento no país.

A American Manganese, que está desenvolvendo a desmontagem automatizada de baterias, prevê que o estoque de baterias de íons de lítio usadas vai triplicar no período de 10 anos que terminará em 2025 e relatou testes que extraíram 100 por cento do lítio e do cobalto do pó de cátodo das baterias. A chinesa Tianqi Lithium, que está construindo a maior usina de processamento de lítio do mundo, planeja trabalhos de pesquisa e desenvolvimento sobre reciclagem, disse Phil Thick, gerente-geral da unidade australiana da produtora, em entrevista na segunda-feira.

A Neometals poderia demorar até 2019 para tomar a decisão de investir na construção de uma instalação de reciclagem, porque testar e refinar o processo exige mais trabalho. "Para fabricar a bateria, foi necessário misturar diversos elementos", disse Tamlin. "Conseguir separá-los também exige certo trabalho, precisamos de uma boa solução química, e é isso o que estamos desenvolvendo."

Fonte: Bloomberg

Autor: David Stringer

Data: 23/03/2018



MINERADORAS PRECISAM SE PREPARAR PARA ATAQUES CIBERNÉTICOS, DIZ EY

Um novo relatório da consultoria EY revelou que uma grande parte das empresas de mineração não está totalmente preparada para lidar com a ameaça de ataques cibernéticos. Junto com vantagens tangíveis, novas tecnologias trazem riscos reais

Avanços na tecnologia, incluindo Internet das Coisas (IoT), automação e big data, fazem com que cada vez mais empresas adotem essas tecnologias e a captura de dados para liberar eficiências, reduzir custos e fornecer valor real.

Com a tecnologia, no entanto, vem o risco e o Fórum Econômico Mundial identificou a cibersegurança como um dos cinco principais riscos que o mundo enfrenta atualmente. Em um boletim de janeiro do ano passado, o Fórum diz que em 2021, o custo global das falhas de segurança cibernética pode chegar a US\$ 6 trilhões, o dobro de 2015.

Em seu último relatório; "O risco cibernético só se torna uma prioridade quando você é atacado?", divulgado nesta semana, a EY descobriu que o setor está lutando para reduzir a lacuna de maturidade cibernética e que as empresas de mineração podem estar atrasadas em relação ao restante do setor de energia.

O relatório mostra que, em 2017, 55% das operadoras de mineração tiveram um incidente significativo de segurança cibernética, com 48% acreditando que é improvável que eles pudessem distinguir e identificar um ataque sofisticado.

Apesar de um aumento de 53% no investimento em iniciativas de segurança cibernética nos últimos 12 meses, um enorme percentual de 97% das organizações admitiu que sua capacidade atual de segurança cibernética não atende plenamente às necessidades de suas organizações.

A crença em toda a indústria é que muitas empresas de mineração e metais estão adotando uma abordagem ad hoc, ou seja, reativa e agindo quando já é tarde demais para gerenciar seus riscos e vulnerabilidades. "O aumento da adoção de tecnologias digitais para impulsionar a produtividade no setor de mineração e metais resultou em um crescente impacto digital e no perfil associado de ameaças cibernéticas. Estimamos que as empresas de mineração estão, de fato, ficando para trás do restante do setor de energia em como elas protegem a tecnologia operacional", disse Michael Rundus, líder de cibersegurança da EY Global Mining & Metals.

Segundo ele, se as empresas continuarem adotando uma abordagem reativa para a segurança cibernética ou agirem quando for tarde demais para gerenciar vulnerabilidades, o risco cibernético poderá ser a queda dos ganhos de produtividade e das aspirações de avanço digital das organizações. O que precisa acontecer é uma mudança na cultura, diz a consultoria.

"É necessária uma mudança cultural na conscientização do risco cibernético para atender à demanda crescente para incorporar resiliência cibernética e preparação. Como um primeiro passo para o fechamento da lacuna de maturidade cibernética, os conselhos precisam garantir que eles compreendam o cenário dessas ameaças e tenham uma mentalidade focada no risco para fazer as perguntas certas à gerência", afirma Rundus.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 27/03/2018



OURO PRETO
MINAS GERAIS, BRASIL
20 a 23 de maio de 2018

.históriadaspaisagens.

www.historiadaspaisagens.com.br